

AS POSSÍVEIS DESVANTAGENS QUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SOFREM NO DESENVOLVIMENTO E NAS APRENDIZAGENS¹

FREITAS, Renata Gonçalves de²

Orientadora: Profa Dra Cleonice de Almeida Cunha Lussich³

Resumo. A neurociência tem avançado a cada dia em seus estudos sobre o funcionamento cerebral, o que nos permite ampliar nosso olhar e entender como são processadas as aprendizagens. Este artigo tem como objetivo principal investigar as possíveis desvantagens que crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sofrem em seu desenvolvimento em diferentes aspectos. A pesquisa foi bibliográfica na perspectiva de Gil (2002), considerando as contribuições de Cosenza; Guerra (2011), Maia et al. (2012) e Bastos (2014) entre outros. A investigação teórica nos possibilitou apontar que algumas crianças institucionalizadas podem apresentar desvantagens em seu desenvolvimento e nas aprendizagens, devido à escassez de estímulos ou estresses sofridos durante a sua infância, fazendo-se necessário o olhar individualizado do adulto como mediador de diversas situações para que possa garantir uma aprendizagem mais significativa.

Palavras-chave: Neurociência. Aprendizagem. Emoção. Acolhimento institucional.

INTRODUÇÃO

Ao refletir-se sobre as possíveis desvantagens que crianças em situação de acolhimento institucional sofrem no desenvolvimento e nas aprendizagens, percebemos o quanto é importante fornecer estímulos durante a infância.

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela necessidade de considerar a situação de 7642 crianças e adolescentes, inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, conforme dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça⁴ (2017), que vivem em situação de acolhimento institucional, muitas vezes sendo privadas do

¹ Artigo apresentado ao curso de Neurociência na Educação, Universidade de Santo Amaro (UNISA). São Paulo. Orientação: Profa.Dra Cleonice de Almeida Cunha Lussich.

² Renata Gonçalves de Freitas, graduada em pedagogia e pós graduanda em Neurociência na Educação pela Universidade de Santo Amaro (UNISA). E-mail: renatagfreitas@ig.com.br.

³ Cleonice de Almeida Cunha Lussich, Mestre em educação, Ênfase em formação de professores, Especialista em neuroaprendizagem e transtorno do aprender.

⁴ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 28 maio 2017, 18h32.

convívio familiar e de vivenciarem situações que poderiam lhes oferecer a possibilidade de melhor desempenho futuro.

Uma das questões que emergem nesse cenário é a de que o ser humano deve ser capaz de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Levando em consideração o número de crianças abrigadas, e que podem não receber os estímulos necessários durante a infância, podemos supor que haverá um aumento de problemas de aprendizagens e questões emocionais, gerando adultos com possíveis dificuldades para enfrentar diferentes situações do cotidiano.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo investigar as possíveis desvantagens às quais as crianças institucionalizadas estão submetidas, em termos do seu desenvolvimento global.

Talvez tal fato ocorra em razão de algumas crianças em situação de acolhimento institucional poderem apontar maiores dificuldades nas aprendizagens e atrasos no seu desenvolvimento global, consequência da escassez ou falta de estímulos fornecidos na infância.

A pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico na perspectiva de Gil (2002, p. 44). Segundo ele, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Para fundamentar este estudo, são trazidas as concepções de Vygotsky (2014), que enfatiza o papel das interações sociais, levando em consideração a cultura para a construção do sujeito e suas aprendizagens, Wallon (2014), que estabelece a importância das interações sociais, colocando a observação do adulto como fator essencial para dar significado desde os primeiros movimentos do bebê, e assim, compreendermos seu desenvolvimento, além de descrever o papel das emoções e da afetividade, Ramon M. Cosenza e Leonor B. Guerra (2011), que, através da neurociência, nos revela como o cérebro se organiza, seu funcionamento, como processa as informações, as aprendizagens e as emoções.

É necessário falar do desenvolvimento infantil, pois considera-se que muitos educadores ainda apresentam dificuldades em abordar as questões que podem afetar o desenvolvimento infantil em seus diferentes aspectos: físico, emocional, cognitivo e cultural. Este estudo, além de apontar essas questões, nos traz a neurociência como agente transformador da prática docente, instrumentalizando os profissionais para aprendizagens mais significativas.

Para fazer essa discussão, o trabalho está estruturado em três seções: a primeira discute sobre o acolhimento institucional: do que estamos falando?; a segunda discorre acerca do sistema límbico: suas contribuições para entendermos como as emoções impactam as aprendizagens; e a terceira tratará das funções executivas: suas contribuições para enfrentamento das situações cotidianas.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

O que é acolhimento institucional?

Embora seja ouvida em alguns espaços como escolas, igrejas, hospitais e por meio da televisão, percebe-se que não há um entendimento correto da expressão “acolhimento institucional, nem de como funciona este espaço ou para que ele serve.

Não é difícil observar que algumas pessoas possuem um entendimento equivocado sobre uma instituição acolhedora. Via de regra, é possível perceber que muita gente acredita que nesses espaços só existem crianças e adolescentes delinquentes. Contudo, isso não é verdade. O espaço que viabiliza tal ação é muito mais do que aparenta ser.

Então, para que tais equívocos sejam dissipados, faz-se necessário explicar o que significa acolhimento institucional, em que situações ele acontece e as razões de sua ocorrência.

De acordo com o ECA,

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).” (ECA, art. 101, parágrafo único, § 1º, lei 8069/90).

Conforme Fávero, Vitale e Baptista (2008, p. 33), são diversos os motivos que levam uma criança ou adolescente para a situação de acolhimento institucional. Devemos considerar que esta é uma medida protetiva, sendo assim, deve-se priorizar o convívio familiar. Porém, mesmo sendo previsto pelo ECA, ainda é alto o número de crianças e adolescentes que permanecem em situação de acolhimento institucional por mais de três anos.

As autoras Eunice Teresinha Fávero, Maria Amália Faller Vitale e Myrian Veras Baptista, reuniram os dados de uma pesquisa realizada com 49 famílias, sobre os principais motivos que levam uma criança ou adolescente para a situação de acolhimento institucional. Essas famílias foram entrevistadas pela pesquisadora SANTANA, Adriana Batista et al. (2008), que realizou pesquisa de campo de forma qualitativa, priorizando os casos estudados. Desta maneira, as autoras obtiveram os seguintes resultados:

Tabela 1 – Motivo do acolhimento institucional*

Desemprego	13	13%
Negligência familiar	12	11%
Falta de moradia	11	10%
Para não ficar na rua	11	10%
Violência por parte de outra pessoa do convívio	7	7%
Violência por parte do(a) entrevistado(a)	1	1%
Abandono Materno	6	6%
Deficiência/transtornos mentais**	4	4%
Morte materna	3	3%
Evitar envolvimento com más companhias	3	3%
Abandono paterno	2	2%
Não tinha onde deixá-lo no horário de trabalho	2	2%
Dava muito trabalho/não obedecia	2	2%
Violência na região de moradia	2	2%
Cumprimento de pena de prisão – mãe	1	1%
Outros	24	23%
Total	104	100%

Fonte: FÁVERO; VITALE; BAPSTISTA (2008, p.33)

*Obs.: permite mais de uma resposta

**Dos pais e/ou responsáveis

É importante ressaltar que o acolhimento institucional é uma medida provisória, e que nenhuma criança deve ser retirada do convívio familiar por falta ou carência de recursos. (ECA, art. 23, Lei 8069/90)⁵. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 19, da lei 8069/90, assegura que toda criança e adolescente tem o direito ao convívio familiar ou, excepcionalmente, em família

⁵ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=eca+art.+23>. Acesso em: 15 Junho 2017.

substituta, em um ambiente que promova seu desenvolvimento integral. (ECA, art. 19, Lei 8069/90).⁶

Segundo, Fávero, Vitale e Baptista (2008, p.107), constata-se ainda que, mesmo passando por dificuldades, os familiares demonstram o desejo de manter o vínculo com seus filhos abrigados, dado este que é revelado através do número de visitas que fazem dentro do abrigo. Contudo, fica a seguinte questão: será que as visitas realizadas dentro do abrigo são suficientes para sustentação do vínculo?

A vida no abrigo

Ao contrário do que pensamos, a criança ou o adolescente que foi retirado de sua família não se sente mais protegido ou confortável dentro da instituição, independentemente de qualquer situação que tenha vivenciado junto aos seus familiares. Geralmente, chegam ao abrigo após terem sofrido uma ruptura afetiva. Por esse motivo, a instituição deve fornecer ao menor um espaço individual no qual ele desenvolva o sentimento de pertencimento, enquanto permanecer acolhido. Deve ser respeitado seu espaço, seus objetos e a forma como traduz sua personalidade.

O acolhimento institucional é uma fase de grandes mudanças na vida da criança/ adolescente. É um período que requer algumas adaptações por parte dos indivíduos acolhidos, que poderão mostrar-se emocionalmente abalados, por terem sido retirados de seus familiares. Ressaltamos ainda que nem sempre as experiências que as crianças ou adolescentes trazem para o abrigo serão negativas, chegando a explicitar o seu desejo de retornar para sua família de origem. Nesse momento podem se sentir inseguros, abandonados ou confusos diante de tal situação.

No abrigo, as crianças e os adolescentes têm rotinas preestabelecidas, como horário para acordar, almoçar, estudar, tomar banho e deitar. Isso acaba não sendo bem aceito por alguns que chegam para o acolhimento institucional, pois já estavam habituados à ausência de rotinas, muitas vezes exercendo seu próprio “cuidado”.

⁶ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=eca+art.+19>. Acesso em: 15 Junho 2017.

O papel dos cuidadores/educadores

Izar (2011, p. 107), salienta em sua pesquisa que cabe aos cuidadores/educadores do abrigo, orientar a criança e o adolescente sobre as regras quanto à limpeza, organização dos espaços, cuidado com seus materiais, além de priorizar uma relação saudável entre o cuidador/educador e o acolhido.

Os profissionais do abrigo exercem um cuidado sistemático sobre cada criança e adolescente, objetivando sempre o retorno à família de origem. Entretanto, o trabalho deve viabilizar a criação de vínculos e afetos entre eles, já que muitas dessas crianças/adolescentes têm dificuldades em expressar seus sentimentos, devido às quebras de vínculos que pode haver ocorrido.

Entretanto, Izar (2011, p. 108) relata ainda a falta de reconhecimento e a diferença que se faz entre a equipe técnica e operacional, gerando muitas vezes problemas na relação interpessoal dentro da equipe. As crianças e adolescentes, percebendo essa disparidade, aproveitam para conseguir benefícios ou revidar uma repreensão vivida, fazendo com que os educadores/cuidadores acabem levando advertências por seus comentários.

“Essa incoerência entre orientação e prática interfere diretamente na proposta educativa das instituições, praticamente anulando-a em função das más relações interpessoais.” (IZAR, 2011, p. 109).

“O governo tem sugerido que não há diferença real entre o cuidado e a educação. Em termos de experiência da criança, caso se queira manter uma elevada qualidade, os dois são inseparáveis.” (SMITH et al., 2010, p. 67).

Portanto, é de total importância o investimento em capacitações entre a equipe técnica e a equipe operacional, para que se alcance o resultado desejado com a criança ou adolescente que está em situação de acolhimento institucional.

A seguir veremos os impactos que as emoções exercem sobre as crianças e suas aprendizagens.

O SISTEMA LÍMBICO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ENTENDERMO COMO AS EMOÇÕES IMPACTAM NAS APRENDIZAGENS

Como visto na seção anterior, estar na condição de abrigado desencadeia uma série de emoções que podem corroborar ou não o processo de aprendizagem dessas crianças e adolescentes.

A psicóloga e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Lídia Natália Dobriansku Weber⁷, pesquisadora de abrigos há quase 30 anos, em entrevista para Luiza Fariello, da Agência CNJ de Notícias, revela que crianças em ambiente de acolhimento institucional podem receber respostas inconscientes quando choram ou passam por situação de estresse, já que nem sempre terão uma pessoa disponível para confortá-las. Além de ser um ambiente escasso de estímulos e sem de retorno afetivo, pode acarretar menos conexões cerebrais para o desenvolvimento da criança. Ela diz ainda que crianças em instituições grandes correm o risco de desenvolver pseudo-autismo, que é um termo utilizado quando a criança volta-se para si mesma, por extrema precariedade de condições psicossociais.

Segundo a psicóloga Tatiane Barile⁸, do Instituto Fazendo História, em entrevista para Luiza Fariello, da Agência CNJ Notícias, bebês em situação de acolhimento são cuidados por até quatro pessoas que se dividem entre os turnos e que, por melhor que seja a instituição, isso o prejudica, pois os bebês se apegam à voz e à maneira de falar de seus cuidadores, e é através disso que se sentem seguros para o desenvolvimento. Ela relata ainda que, em um estudo realizado durante 16 anos por pesquisadores da Universidade de Harvard em instituições de acolhimento para bebês na Romênia, concluiu-se que, para cada ano que o bebê passa na instituição, perde-se quatro meses em seu desenvolvimento e autonomia.

Rosi Prigol⁹, presidente da Instituição Amigos de Lucas, em entrevista para Luiza Fariello, da Agência CNJ Notícias, relata que a defasagem escolar entre adolescentes acaba sendo uma regra dentro dos abrigos por não terem quem realmente se importe com suas questões escolares. Podemos, assim, perceber a relevância do papel do educador/cuidador neste processo. No entanto, também se observou a fragilidade de sua atuação pela falta de conhecimento do sistema que rege as emoções, que são frutos de suas vivências e experiências.

O ato de aprender é inerente a todo ser humano e vai se aprimorando ao longo de sua existência. As aprendizagens podem surgir a partir de suas experiências, do contato com o ambiente, das interações sociais ou por meio de repetições e sistematizações.

⁷ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85200-especialistas-debatem-as-consequencias-de-abrigos-para-criancas-1>. Acesso em 12 Agosto 2017.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

Wallon, ao investigar as origens do psiquismo, ressaltou o papel preponderante da afetividade, da inteligência e da motricidade ao longo da evolução, destacando a importância de se pensar o ser humano de maneira integrada e contextualizada. (BASTOS, 2014, p. 19).

Sendo assim, não dá para pensar em um indivíduo sem levar em consideração sua história, a interação com o meio, o papel do adulto como mediador e as aprendizagens para o desenvolvimento mental. Wallon, (apud BASTOS, 2014, p.27), as emoções estão ligadas à sobrevivência, embora apareçam involuntariamente nos bebês, em forma de gritos, choros e gestos, onde se fará necessária a mediação do adulto para dar significado aos seus movimentos e satisfazer as suas vontades.

Segundo Wallon, (apud BASTOS, 2014, p.27), a emoção se difere da afetividade, sendo a emoção uma necessidade fisiológica, impulsiva e visceral e a afetividade é algo maior, que envolve a emoção.

Portanto, a emoção na teoria walloniana, além de ser considerada uma linguagem anterior à linguagem, é compreendida como a mola propulsora para a evolução do psiquismo e como uma primeira forma de sociabilidade, pois uma de suas características principais é sua função social, capaz de estabelecer elos com os demais. (BASTOS, 2014, p.29)

Ainda sobre esta questão, a neurociência nos leva a refletir sobre as emoções e como elas podem influenciar as aprendizagens. O cérebro é a parte mais relevante do sistema nervoso central (SNC), responsável por receber as informações, processá-las e emitir as respostas. Estas podem ser voluntárias ou involuntárias, e fará com que o corpo reaja de acordo com o estímulo recebido.

O sistema límbico está relacionado ao controle das emoções e processos motivacionais. Nele encontramos: Córtex pré-frontal, Corpo caloso, Tálamo, Hipotálamo, Lobo Temporal, Amígdala, Hipocampo e Vermis cerebelar.

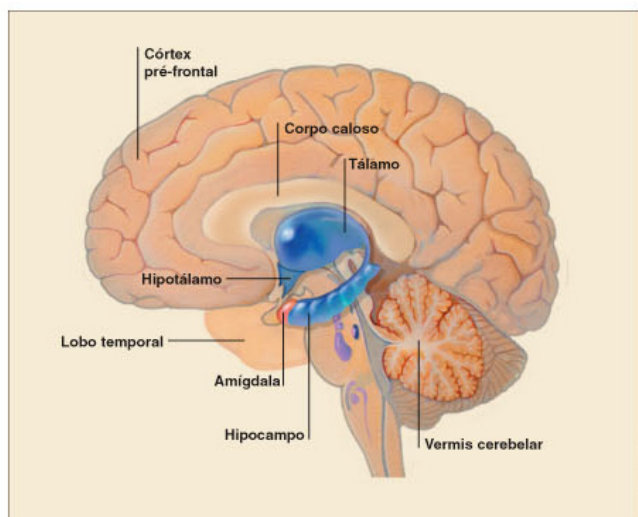


Figura 1 – Sistema Límbico

Fonte: http://www.guia.heu.nom.br/sistema_limbrico.htm

Nesta estrutura, o Córtex pré-frontal, é responsável pelas aprendizagens de seriação, sequência, julgamentos, por inibir impulsos e por emitir os comportamentos adequados a cada situação, esta região só se formará totalmente na fase adulta.

Corpo caloso é a estrutura que faz a comunicação entre o hemisfério direito e hemisfério esquerdo.

Tálamo é a região aonde chegam a maioria das informações e são distribuídas para o córtex central.

O hipotálamo tem função vital, controla o sistema endócrino, regula temperatura corporal, além de ser responsável pela regulação do comportamento de sobrevivência (fome, sede...), do prazer e dor.

O lobo temporal é responsável pelo gerenciamento da memória.

Amígdala, região de substância cinzenta, parecida com uma amêndoa, está ligada às emoções. Geralmente está associada a sentimentos de raiva ou medo, porém, também pode estar relacionada aos sentimentos de prazer.

O hipocampo está relacionado às aprendizagens e à memória.

O vermis cerebelar é responsável pela manutenção do equilíbrio, controle do tônus muscular, movimentos voluntários e aprendizagens motoras.

Embora cada região do sistema límbico tenha uma função específica, é importante ressaltar que nenhuma acontece individualmente. Faz-se necessária a integração de todas as estruturas para o processamento das emoções.

As emoções atuam como um sinalizador interno de que algo importante está ocorrendo, e são, também, um eficiente mecanismo de sinalização intragrupal, já que podemos reconhecer as emoções uns dos outros e, por meio delas, comunicar situações e decisões relevantes aos demais indivíduos ao nosso redor. (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 75)

Cosenza e Guerra (2011), apontam as emoções como agente perturbador das tomadas de decisões racionais, pois somente controlando as emoções é que a razão prevalecerá. Além disso, têm nos mostrado através da neurociência que as emoções e o processo cognitivo estão entrelaçados no funcionamento do cérebro, sendo as emoções responsáveis por selecionar o comportamento adequado a cada situação importante da vida dos indivíduos.

As emoções controlam os processos motivacionais, que também é uma atividade cerebral. O processo motivacional pode ser relacionado ao sistema de recompensa, ou seja, em um determinado momento emitimos um comportamento que nos forneceu uma resposta positiva, então, acabamos por repetir esse comportamento em outra ocasião. As emoções podem ser aprendidas e respondidas de acordo com o meio social, a partir do momento que experimentamos novas situações.

Assim como a emoção pode gerar sentimentos de prazer, sendo estes positivos, ela também pode ser prejudicial quando aparece na forma de medo, ansiedade ou estresse, podendo levar a criança a um bloqueio das aprendizagens, por diversos fatores, como a desatenção. O próprio hormônio liberado nesse caso poderá destruir as memórias.

A **atenção** é a capacidade de selecionar e manter controle sobre a entrada de informações externas necessárias em um dado momento para a realização de um processo mental, mas também diz respeito ao controle de informações geradas internamente. (COSTA; MAIA, 2012, p. 47)

Logo, Costa e Maia (2012), ressaltam que a atenção é um mecanismo essencial para o desenvolvimento do processo cognitivo e de aprendizagem, embora esteja sujeita também a outros fatores, como motivação, memória, experiências e qualidade de ensino. Sendo assim, o ambiente de aprendizagem deve ser pensado de forma a motivar, entusiasmar e desafiar a criança para o processamento das aprendizagens.

Entretanto, segundo Costa e Maia (2012), o aspecto afetivo, traduzido como depressão, medo e conflitos familiares, pode influenciar na capacidade atenta,

podendo gerar dificuldades de aprendizagens. Portanto, como educadores, devemos evitar e/ou mediar tais sentimentos para que não prejudiquem ou bloqueiem as aprendizagens.

Outros fatores também podem influenciar o comportamento dessas crianças e adolescentes, podendo gerar implicações relacionadas à impulsividade, inibição de comportamentos inadequados e tomadas de decisões. Veremos tais assuntos na próxima seção, que tratará das funções executivas.

AS FUNÇÕES EXECUTIVAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES COTIDIANAS

Observamos anteriormente de que forma as emoções, tanto positivas quanto negativas, podem influenciar as aprendizagens, gerando sentimentos motivadores ou destrutivos. Também vimos que o mecanismo para o desenvolvimento cognitivo e das aprendizagens dependem de vários fatores que atuam em conjunto. Agora veremos, através das funções executivas, quais são as implicações que essas crianças poderão apresentar para o enfrentamento das situações cotidianas.

O ser humano, diferentemente dos animais, está inserido no meio sócio-histórico e cultural, interage com ele, é transformado por ele e o transforma. A utilização de instrumentos e a linguagem nessa teoria são concebidas como mediadoras das relações do sujeito com o meio, possibilitando uma regulação do próprio comportamento, além de auxiliá-lo a encontrar soluções para a superação de diversos desafios do cotidiano. (BASTOS, 2014, p. 53-54)

Conforme Cosenza e Guerra (2011, p. 87), as funções executivas estão relacionadas ao conjunto de habilidades que nos permite executar as ações necessárias para alcançar o objetivo, assim como a identificação de metas, planejamento de comportamentos e sua execução, monitoramento do próprio desempenho até que o objetivo seja alcançado. Essas funções estão relacionadas à região pré-frontal. É através das funções executivas que conseguiremos executar as ações cotidianas, levando em consideração os padrões culturais e éticos que regem a sociedade.

A aprendizagem pode ser entendida como um processo de aquisição de novas informações provenientes do meio, englobando sua recepção, processamento e consolidação, bem como a recuperação dessa informação e aplicação em momentos apropriados. (COSTA; MAIA, 2012, p. 55)

Por exemplo, digamos que uma pessoa programou em seu dia sair de um determinado local com seu carro e chegar a um determinado ponto, por um certo caminho, mas no percurso encontrou alguns obstáculos e precisou reprogramar essas rotas. Serão as funções executivas que lhe darão subsídios para traçar um novo trajeto, levando em consideração a inibição de comportamentos inadequados, como entrar em uma rua que seja contramão.

As funções executivas se desenvolvem ao longo da vida e não estarão completas até que o indivíduo alcance o início da idade adulta. As habilidades das funções executivas serão adquiridas a partir da mediação do adulto que irá atuar como um modelo, através de instruções, recompensas ou punições.

Bastos (2014) revela que, na teoria Vygotskiana, a aprendizagem surge como mola propulsora para o desenvolvimento humano, influenciado pelo meio cultural. Aprendemos através do contato com os outros em um processo social chamado interação.

“A falta de interação humana é mesmo um fator determinante nesse sentido, pois sem essa referência humana a fala não se desenvolve.” (BASTOS, 2014, p. 60).

De acordo com esta teoria, Vygotsky desenvolve o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Através desse conceito podemos entender como as aprendizagens se processam. A interação aparece como essencial para aquisição de novos conhecimentos à medida que nos relacionamos com o outro. Nesse contexto, será fundamental a mediação do adulto ou alguém mais experiente com a criança ou adolescente para lhes fornecer a resolução de um problema ou a tomada de uma decisão.

“A zona de desenvolvimento proximal equivale a um espaço psíquico no qual o sujeito realiza uma ação, resolução ou raciocínio com auxílio, o que muito tem contribuído para se pensar os processos educacionais e a aprendizagem.” (BASTOS, 2014, p. 73).

Vygotsky (apud BASTOS, 2014, p.61), propõe pensarmos no desenvolvimento mental muito além de testes, nos leva a ampliar as possibilidades da criança ou adolescente através das interações, levando-as a um nível superior mais próximo de sua capacidade mental.

Essa concepção confere ao papel do educador, ao adulto, às outras crianças mais experientes e ao ensino de uma maneira geral uma perspectiva mais abrangente e promissora, que ressalta a importância da intervenção educativa para a evolução do sujeito. (BASTOS, 2014, p. 62)

Sendo assim, o educador é de extrema importância no processo de aprendizagem, pois é ele que irá planejar as ações, construindo um ambiente desafiador para as práticas educativas e irá atuar como mediador dessas aprendizagens, transformando-as em práticas educativas mais significativas, levando em consideração os conhecimentos prévios de cada criança ou adolescente.

No entanto, levando em consideração o número de crianças que vivem em situação de acolhimento institucional, a falta de qualificação dos profissionais, os problemas técnicos que ocorrem dentro dos abrigos, o despreparo emocional por parte das equipes, será que poderíamos dizer que é uma tarefa fácil desenvolver atividades que possuam um olhar diferenciado, levando em consideração os conhecimentos prévios de cada criança ou adolescente abrigado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema se deu por existirem 7642 crianças e adolescentes inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, de acordo com dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (2017), vivendo em situação de acolhimento institucional, muitas vezes sendo privadas do convívio familiar e impedidas de vivenciarem situações que podem lhes oferecer a possibilidade de melhor desempenho futuro.

Baseando-se no paradigma do desenvolvimento humano, um indivíduo deve ser capaz de: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Levando em consideração o número de crianças e adolescentes abrigados e que podem não receber os estímulos necessários durante a infância, podemos dizer que teremos um aumento nos problemas de aprendizagens e questões emocionais, gerando adultos com possíveis dificuldades em lidar com diferentes situações do cotidiano?

Segundo o ECA, o acolhimento institucional é uma medida provisória, para a reintegração familiar ou colocação em família substituta. Ainda conforme o ECA, o

acolhimento institucional é uma medida protetiva, devendo-se priorizar o convívio familiar para que haja um desenvolvimento integral do indivíduo.

São diversos os motivos que levam uma criança ou adolescente para a situação de acolhimento institucional. Porém, é previsto que nenhuma criança ou adolescente devem ser retirados de seus familiares por falta ou escassez de recursos. As crianças institucionalizadas podem apresentar dificuldades em expressar seus sentimentos, devido às rupturas ocorridas em seus vínculos familiares.

O sistema límbico é responsável pelas emoções, estas atuam como um sinalizador interno de que algo importante está acontecendo, além de ser um mecanismo intragrupal, já que conseguimos perceber as emoções daqueles que estão ao nosso redor. As emoções desempenham um importante papel nas aprendizagens, pois podem acionar o sistema motivacional, que dará a possibilidade de processar as aprendizagens de forma prazerosa. Pode também ser acionado na forma de medo ou ansiedade, o que poderá prejudicar as aprendizagens, gerando desatenção ou até mesmo destruindo suas memórias devido ao hormônio liberado nesse momento.

As funções executivas exercem grande impacto nas tomadas de decisões cotidianas, por ser ela responsável pelo comportamento, planejamento e execução de uma ação até alcançar o objetivo. Esse sistema só estará totalmente formado no início da fase adulta, e durante este tempo será necessária a mediação de um adulto ou parceiro mais experiente para a troca de experiências e tomadas de decisões.

Vygotsky, desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, no qual a criança aprende através das vivências e experiências que mantém com os educadores ou com crianças mais experientes para a evolução do sujeito.

Desta forma, podemos dizer que algumas crianças ou adolescentes institucionalizados podem apresentar alguns problemas em seu desenvolvimento e nas aprendizagens, por estarem emergidos em um cenário de escassez, falta de estímulos, falta de afeto, ambientes estressantes, quebras de vínculos, além de não terem grandes possibilidades de vivências e trocas de experiências.

O presente artigo, no entanto, não esgota as questões relacionadas a este tema, fazendo-se necessárias novas pesquisas relacionadas ao assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Estudos da Neurociência aplicada à Aprendizagem Escolar.** [internet]. Santa Catarina: Diário Catarinense , 15/08/2012. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/08/estudos-da-neurociencia-aplicada-a-aprendizagem-escolar-3852913.html>. Acesso em: 16 Jul 2017.
- BAPTISTA, Myrian Veras (coord.) et al. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação.** Coletânea abrigar. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel; tradução OLIVEIRA, Cristina Maria de. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BASTOS, Alice Beatriz Barreto Izique; **Wallon e Vygotsky: psicologia e educação.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- BLANCO, Gisela. **Estímulo nos três primeiros anos é fundamental.** Internet. Outubro/2007. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/865/estimulo-nos-tres-primeiros-anos-e-fundamental>. Acesso em: 02 Abr 2017.
- COLLOR, Fernando et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** [internet]. Brasília: 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10603634/artigo-101-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>. Acesso em 15 Jun 2017.
- COSENZA, Ramom M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CYPEL, Saul. **Fundamentos do Desenvolvimento Infantil: da gestação aos 3 anos.** São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.
- FARIELLO, Luiza. **Especialistas debatem as consequências de abrigos para crianças.** [internet]. Agência CNJ de notícias, 09/08/2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85200-especialistas-debatem-as-consequencias-de-abrigos-para-criancas-1>. Acesso em: 13 Ago 2017.
- FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (Orgs.) et al. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.** São Paulo: Paulus, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENNEMAMM, Ana Lúcia. **Neurociência e os 4 pilares da educação**. Internet. Disponível em: <http://meucerebro.com/neurociencias-e-os-4-pilares-da-educacao-propostos-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: 05 mar 2017.

IZAR, Juliana Gama. **A práxis pedagógica em abrigos**. 2011. 134 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

LAGE, Bruna (Coord.) et al. **História de vida: identidade e proteção: a história de Martim e seus irmãos**. 1.abrigos em movimento. São Paulo: Associação fazendo história: NECA-associação dos pesquisadores de núcleos de estudos e pesquisas sobre a criança e o adolescente, 2010.

MAIA, Heber (org.) et al. **Neurociências e desenvolvimento cognitivo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SMITH, Alice Paige-; CRAFT, Anna et al. **O desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

STERNBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. 5. ed. Cengage Learning, 2015.

WIKIPÉDIA. **Cerebelo**. [internet]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cerebelo>. Acesso em: 16 Jul 2017.

WIKIPÉDIA. **Lobo temporal**. [internet]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lobo_temporal. Acesso em: 16 Jul 2017.